



A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM CRÔNICAS MEMORIAIS DA OBRA CAZUZA, LITERATURA INFANTOJUVENIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ezequiel Leite da Silva ¹
Érica Pereira da Costa ²
Rosângela Silva Oliveira ³

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC da Universidade Estadual do Maranhão, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão/FAPEMA. Esta pesquisa pretendeu investigar nas crônicas escritas pelo escritor maranhense Viriato Corrêa, características da instrução pública no estado do Maranhão nas primeiras décadas republicanas pelas histórias narradas em sua obra literária infantojuvenil intitulada *Cazuza*. Os objetivos voltaram-se para identificar a forma da organização escolar maranhense para a instrução primária tanto na zona rural como na zona urbana, distinguindo o pensamento pedagógico de ensino predominante na época. O percurso metodológico escolhido para esta pesquisa bibliográfica e documental foi a técnica de análise de conteúdo onde, por meio de tabulação e análise dos dados coletados após leitura minuciosa da obra, obteve-se eficaz análise relacional e a interpretação de informações das crônicas, correlacionando-as com documentos oficiais publicados no Estado do Maranhão na aurora do período republicano.

Palavras-chave: História da Educação do Maranhão. Crônicas Memoriais. Escola Primária.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visou analisar a instrução primária maranhense na Primeira República no Estado do Maranhão registrada em crônicas memoriais do escritor maranhense Viriato Corrêa, na literatura infantojuvenil *Cazuza*. A instrução primária maranhense no período republicano, era secundarizada em favor de outras ações políticas, ficando em evidência nos seguintes momentos sociais: quando ocorria crise política ela era usada para denunciar o alto índice de analfabetismo desviando a atenção da população dos conflitos e desigualdades sociais instaurados e, no segundo momento, para colocar em evidência um novo representante político com a promessa de implantar estudos primários. Assim era frequente a abertura de aulas primárias que só entravam em funcionamento alguns anos depois (OLIVEIRA, 2004).

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ezequiel.zoe.br@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA ericapereiradacosta89@gmail.com

³ Professor orientador: Doutora em Educação, docente do Curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior de Bacabal da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, rosangela.uema@gmail.com



Com a maioria da população analfabeta e aulas públicas sem condições estruturais mínimas para a ação educativa, aumentou o desestímulo pela carreira do magistério. Ações filantrópicas para formar professores normalistas e outras para alfabetizar adultos trabalhadores começaram a surgir na capital maranhense, porém com tímidos estímulos não alcançavam êxito. As reformas educacionais regulamentadas para a instrução pública maranhense na Primeira República e as medidas e métodos de ensino propostos não diminuíram o índice de analfabetismo no Maranhão, só aumentaram as críticas de políticos opositores nos jornais de circulação local (OLIVEIRA, 2004).

Nesse contexto histórico do republicanismo brasileiro e maranhense foi publicada a obra *Cazuza*; o texto foi escrito com linguagem simples e ilustrada de forma a facilitar sua compreensão em todos os segmentos sociais. A obra registra o percurso escolar de um menino chamado Cazuza em três tipos de escolas: a escola do povoado, escola da vila e escola da cidade (CORREA, 2002). A leitura minuciosa e relacionada com a legislação e relatórios da instrução pública deste período, puderam apontar sinais sobre a forma de funcionamento e organização da instrução primária maranhenses nas primeiras décadas republicanas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa histórica, bibliográfica e documental foi desenvolvida à luz do Método Dialético (CERTAU, 1982), pois entende-se que esse método tem grande valor científico no objetivo de interpretar, discutir, e argumentar de forma qualitativa assuntos de temáticas sociais, o que possibilitou uma compreensão total da obra analisada. A pesquisa seguiu um percurso metodológico sob a técnica Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), pois favoreceu uma análise qualitativa e relacional com as informações descritas na obra literária de Viriato Corrêa.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica/PIBIC, da Universidade Estadual do Maranhão, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão/FAPEMA. Este trabalho optou-se pela análise de conteúdo para obtenção de dados na obra *Cazuza*, literatura infantojuvenil publicada no final da década de 30 do século XX. A leitura da obra foi realizada em sua 41ª edição, publicada pela Companhia Editora Nacional em 2002, seguindo as seguintes etapas: pré-análise da obra (leitura inicial total da obra); tratamento dos dados coletados; e interpretação das informações obtidas relacionando-as com outros registros publicados em relatórios oficiais da instrução pública maranhense no período republicano (BARDIN, 1977)

A análise da obra e o respectivo saber histórico produzido levou em consideração que pesquisa histórica não se faz apenas com o testemunho de documentos escritos, mas que podem



contar com a análise de registros iconográficos da memória coletiva e suas práticas culturais (CERTEAU, 1982;1994).

REFERENCIAL TEÓRICO

A concretização da instrução primária no estado do Maranhão se deu a longo prazo, isso devido ao processo de educação no Brasil passar por várias mudanças governamentais até chegar em novas concepções e práticas pedagógicas de ensino moderno. Após a Proclamação da República o Brasil adotou como modelo governamental o poder federalismo, pois até então o governo do país estava centralizado no poder imperial. Nessa transação de poder, o período foi marcado por grandes transformações e reformas as quais se refletiam na instrução, pois a ideia da instrução ser um direito público se fortaleceu sob o pensamento positivista educacional da época.

A historicidade no período republicano é marcada com altas taxas nacionais de analfabetismos, isso devido ao processo de escolarização ser lento em todo o país, nota-se que o Brasil era eminentemente rural, pois 60% da população viviam nessa zona. Essa realidade ocasionou uma demanda popular pela escolarização primária, alimentada nos discursos políticos do palco legislativo sob as luzes do progresso republicano, ou seja, a aurora da Primeira República no Brasil. Estratégias políticas como abrir cadeiras de primeiras letras, foram estimuladas tanto na capital e como no interior maranhense (OLIVEIRA, 2004).

Infere-se que a aurora do período republicano, os governantes não privilegiavam com tanto valor a instrução. Assim, como a educação deixou de ser responsabilidade da igreja para ser responsabilidade de caráter público, as autoridades deixaram à incumbência da instrução para o magistério público (OLIVEIRA, 2004). Nesse cenário de descaso e negligência das autoridades, os custos com a educação pública eram postos em segundo plano, pois, a instrução era vista como algo que não produziria renda econômica para o governo vigente. Diante dessa realidade, a educação se disseminava em duas linhas como descreve Oliveira:

Conceberam então a educação em duas vias: a educação das pessoas de posição e fortuna, e a educação dos desvalidos de fortuna. Os primeiros foram enviados para estudar no exterior com recursos próprios ou financiados pelos cofres públicos, e o segundo grupo, como possuía pouco tempo para desperdiçar com aulas, recebia instruções simplificadas em cursos profissionais. Este estado de simplificação se estendia até o salário dos professores (OLIVEIRA, p. 110, 2004).

Analisa-se que, a educação pública no início republicano ainda foi privilégio de poucas pessoas. A educação era privilégio para quem possuía alguma posição ou grande relevância social e para quem possuía condições financeiras favoráveis; enquanto à gente comum era oferecido instrução técnica para obter trabalhadores qualificados para trabalhos manuais. Era

notório também que as condições de ensino nos primeiros anos da primeira república eram visivelmente precárias, pois as escolas não tinham, mobiliário que prestasse, material de ensino que servisse, professores que cuidassem das lições (CORRÊA, p. 14, 2002).

A instrução primária maranhense na Primeira República, só era notada nos seguintes momentos sociais: quando ocorria crise política, e com isso ela era usada para denunciar o alto índice de analfabetismo desviando a atenção da população dos conflitos e desigualdades sociais instaurados e, no segundo momento, para colocar em evidência um novo representante político com a promessa de implantar estudos primários. A intenção de abrir escolas ocasionou novas relações de poder no âmbito governamental.

Entretanto, no percurso de transformação social desse período, foram criadas para as pessoas comum, cadeiras escolares conhecidas de cadeiras de primeiras letras, que consistiam aos professores em atuar da mesma forma com todos os estudantes formando alunos sob regras neutras para obter disciplina, prudência e a moral. A educação no Brasil nesse período dava seus primeiros passos na responsabilidade do Estado em administrar a instrução com poucas escolas primárias e secundárias, onde as aulas, infelizmente, enfrentavam condições precárias de funcionamento, e os salários dos professores eram reduzidos e injustos, e a frequência de alunos eram baixíssimas (SAVIANI, p. 108, 2008).

Registros desse período demonstram que as bases pedagógicas na Primeira República estavam relacionadas aos princípios da progressividade, a memorização e a autoridade, fundamentada na prática pedagógica do professor. A ação pedagógica, em escolas localizadas nas capitais dos Estados em sua ação pedagógica, utilizava-se de premiação e seletividade para com os alunos.

Desde o começo do ano que a minha classe só se falava na conquista da medalha de ouro. A primeira prova escrita realizou em abril. Vinte e dois estudantes mostravam-se habilitados ao prêmio. Em julho fez-se a segunda prova, essa mais rigorosa do que a primeira. O número dos habilitados desceu a doze. A terceira prova, considerada eliminatória, concluiu-se no fim de outubro. Só três alunos alcançam o direito de concorrer à medalha [...] (CORRÊA, 2002).

No registro acima, escrito por Viriato Corrêa, relata-se sobre o contexto da instrução primária republicana em um colégio de ensino particular. A prática educacional que privilegiava a premiação e disciplina moralista também estavam presentes no ensino privado, pois eram regidos por documentos oficiais publicados pelo governo vigente. Esse registro ilustra como se dava o funcionamento das escolas na capital do Estado no período da Primeira República. Diante desse contexto, para Certeau (2006), independentemente da posição de um autor em relação às suas produções, elas sempre descreverão um movimento que leva a discursividade sobre a história e a realidade local da época.



A leitura de uma obra correlacionada com outras fontes, podem nos levar a entender o presente hoje, pois a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo (LE GOFF, 2003). Entender um contexto histórico é essencial para compreender a instrução de uma época. Sendo assim, o escritor maranhense Viriato Corrêa publicou crônicas entre dezembro de 1936 a junho de 1937 relatando com riqueza de detalhes sobre as vivências de uma criança em três escolas: escola do povoado, a escola da vila, e a escola da cidade (CORRÊA, 2002).

Em relação a historicidade, surge a análise de informações que pode produzir um olhar investigativo para a concepção da estrutura organizacional escolar da instrução passada, e isso por meio da memória registrada em obras. Segundo Le Goff (2003), as diferentes formas de registrar memória podem apresentar caracteres não subjuntivos, mas, sim, intenções reais que necessitam de interpretação. Certeau também discorre sobre a discursividade em textos:

Efetivamente, todos estes discursos se articulam sobre um real perdido (passado); reintroduzem como relíquia, no interior de um texto fechado, a realidade que se exiliou da linguagem. Parece que não se podendo mais atribuir às palavras uma relação efetiva com as coisas que designam, elas se tornam tanto mais aptas para formular sentidos, quanto menos limitadas são por uma adesão real (CERTEAU, p. 52, 1982).

Bardin (1977) também reafirma que por detrás de um discurso aparentemente simbólico e sem interesse e irrelevante, esconde um sentido que convém a ser desvendando. Esse sentido é a real compreensão das informações descritas.

Estudar as comunicações e informações de uma obra sobre determinado período relacionadas com a legislação e relatórios oficiais, podem apontar sinais sobre realidade através da comunicação expressa em um texto. Surge assim, a análise de conteúdo, que é um método que possui grande valor científico no objetivo de interpretar, discutir, e argumentar de forma qualitativa assuntos de temáticas sociais, possibilitando sua compreensão ao favorecer a análise relacional e a interpretação de informações descritas na obra em estudo (BARDIN, 1977).

A leitura através da análise de conteúdo produz a compreensão dos fatos representes em texto ocasionando a interpretação e a historicidade (BARDIN, 1997). Sendo assim, a análise de conteúdo visa a interpretação da comunicação em leituras, na qual pode-se inferir que na discursividade há registro sobre a realidade da história passada.

Portanto, considera-se ser natural do homem ser investigativo e analítico em relação a história do seu povo. Ao analisar a historicidade local, percorrer-se de voltar ao passado e, por meio de um olhar investigativo, pode-se interpretar as interrelações com o presente. O resgate histórico vai além de relatar ou descrever vivências, mas analisar, por um caminho metodológico e dialético, identificar comparações e intenções descritas em uma obra sobre a



realidade do seu povo local. Para Le Goff (2003), o entendimento das informações sobre a memória de um povo vai além de uma história narrada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história sobre a educação maranhense nas primeiras décadas repúblicas ainda é pouca discutida e pouco investigada no meio acadêmico e a maioria dos registros existentes estão em relatórios oficiais que são escassos. Com isso, para obter informações sobre a instrução no Estado do Maranhão, para esta pesquisa houve a necessidade de interrogar fragmentos das crônicas memórias da obra *Cazuza*, um estudante primário que frequentou diferentes escolas durante sua jornada escolar na Primeira República.

O escritor da obra foi Manuel Viriato Corrêa do Lago Filho (Viriato Corrêa), nasceu em Pirabemas, vila do interior no Estado do Maranhão. Nasceu em 23 de janeiro 1884, filho de Manuel Viriato Correia Baima e de Raimunda Silva Baima, família de médio padrão social na zona rural maranhense. Dentre suas obras, destacou-se interesse pela literatura infantojuvenil *Cazuza* por referir-se ao contexto sociopolítico e educativo maranhense nos primeiros anos republicanos.

A análise do livro *Cazuza*, foi realizada em sua 41ª edição publicada pela editora Companhia Editora Nacional em 2002. Esta obra traz linguagem coloquial com ilustrações que estimulam uma literatura rápida, estimulante e compreensível pois como diz Viriato Corrêa é profundamente infantil e profundamente brasileira (CORRÊA, p. 12, 2002). Essa obra traz um conjunto de crônicas memoriais do pequeno Cazuza em três realidades educacionais diferentes, a saber: a escola do povoado, escola da vila, e escola da cidade. Essa obra possibilitou coletar informações sobre experiências escolares de uma criança republicana tanto na zona rural como na zona urbana.

A escola do povoado

Segundo os registro de Viriato Corrêa, a criança Cazuza ingressou cedo na escola do povoado, onde a mesma não tinha mobiliário que prestasse, material de ensino que servisse, professor que cuidasse das lições; mas uma palmatória sempre havia! (CORRÊA, p. 14-15, 2002).

As lembranças de Cazuza na escola do povoado remetem a instrução escolar formal, recebida em um espaço educativo. Contudo, devido ao contexto imperial deixado até o final do século XIX, a maioria das escolas isoladas nos interiores dos estados não eram para meninas.

Era um ambiente só para meninos. Professor e alunos, todos do sexo masculino. Além dessa realidade, o ensino formal era diferente do ensino empírico cultural aprendido fora da escola; nesse ambiente escolar Cazuzza pode presenciar aplicações de repreensões e castigos físicos pelo professor que gerenciava a escola.

Pela análise de conteúdo, o ambiente escolar dessa localidade parecia não receber cuidados em manutenções e nem atenção social para o progresso civilizador, pois “a escola ficava no fim da rua, num casebre de palha” (CORRÊA, p. 28, 2002). Cazuzza, aprendeu na rotina diária que na escola do povoado a única fonte de diálogo ou informação necessária era com o professor, detentor de todo conhecimento, e com as lições sobre ler, escrever e fazer decorar cálculos matemáticos.

Na mediação pedagógica do professor dessa escola, o professor sempre ficava de cara fechada, recebendo a benção de todos os alunos que chegavam à escola. Ficava a observar, com a palmatória em mãos, os quarenta ou cinquenta alunos exigindo silêncio e disciplina na sala de aula. Nesse ambiente sombrio e desmotivante existia apenas um quadro negro e as lições velhas para os exercícios diários.

Cazuzza, aprendia a escrever por meio de exercício repetitivo de escrita, e posteriormente, de forma coletiva, prestava lição de leitura ao professor. O estudo de lição era manifestada da seguinte forma:

O “estudo” era gritado, berrado. Cantava-se a lição o mais alto que se podia, numa toada enfadonha.

Um inferno apela barulheira. Trinta, quarenta, cinquenta meninos gritando coisas diferentes, cada qual esforçando-se em berrar mais alto. E quando, cansados, íamos diminuindo a voz, o professor reclamava energicamente, da sua cadeira:

- Estudem!

E a algazarra recrudescia (CORRÊA, p. 34, 2002).

Em relação às práticas de ensino nesta escola da povoação, o ensino de treinar a escrita era através de “aposta de escrita”. O professor colocava os alunos em pares para competirem entre si escrevendo o trecho de um a prosa. Vencia aquele que terminasse primeiro com a letra mais bonita. O prêmio para quem ganhava era receber a palmatória e aplicar uma dúzia de “bolos” no colega que perdeu.

Já em consonância ao ensino de matemática, a prática aplicada era a “sabatina da tabuada”. O professor chamava quinze, vinte, trinta alunos, colocando-os em pé em fila, e fazia perguntas. A resposta devia ser dada imediatamente pelos alunos, e se aluno não respondia acertadamente, o professor, com rapidez, passava ao segundo, ao terceiro, ao quarto, e assim por diante. Quem acertava buscava a palmatória que fica posta em cima da grande mesa do professor e dava um “bolo” em cada companheiro. Ressalta-se que, a prática de castigos e

repreensões físicas eram aceitas pelos pais que, ingenuamente, acreditavam que essa era a didática correta de dar instrução intelectual aos seus filhos.

Cazuza, permaneceu na escola do povoado dois anos e meio. Porém, as experiências vividas por ele nesta primeira escola o deixou com anseios de melhorias de instrução em outro lugar.

Em síntese, a escola do povoado era sombria, triste, fechada, adulta e impiedosa. O ensino era ministrada pela força e grosseria, inibindo a liberdade criativa das crianças que frequentava esse ambiente escolar. Não havia um relação afetiva e dialética entre professor-aluno.

A escola da Vila

Diferente da organização escolar da primeira escola, onde havia apenas um professor que lecionava as aulas, nesta segunda (escola da vila de Coroatá) havia uma organização pedagógica que dispunha de uma diretora; ajudantes escolares que ajudavam nos afazeres diários; e, professores na predominância da figura feminina. Segundo o Regulamento de 15 de maio 1893, publicado no Estado do Maranhão, o ensino primário, nas arrojadas povoações, poderia ser lecionado por professor de ambos os sexos desde que tivesse a titulação de professores normalista.

Conforme o regulamento de 13 de abril de 1890, que firmava a criação da Escola Normal no Estado, criou-se treinamentos pedagógicos na Capital, em São Luís-MA, para instruir e formar professores habilitados para o ensino primário. Sendo assim, fazendo uma relação com esta afirmação e as crônicas da obra *Cazuza*, nos registros memórias explica que a diretora da pequena escola da vila viera da capital, onde aprendera a ensinar crianças, com a finalidade de gerenciar a escola na pequena e humilde localidade (CORRÊA, 2002).

Na crônica intitulada “A escola da vila”, Viriato Corrêa destaca o vislumbre do pequeno Cazuzza ao comportamento da diretora, que em vez de se preocupar em obter alunos sentados, calados e oprimidos pelo medo, preocupava-se amorosamente com todo o segmento escolar, ou seja, com os alunos, com a comunidade local, os professores e com a família dos alunos (CORRÊA, p. 76, 2002).

Nessa nova realidade educacional, havia recursos didáticos à disposição dos alunos, como: figuras, gravuras e mapas disponíveis nas salas de aula. Muitas vezes Cazuzza deixava de brincar para poder ficar revendo paisagens por paisagem, os mapas, e tudo que estava exposto às crianças (CORRÊA, p. 77, 2002). As professoras utilizavam esses recursos didáticos para ensinarem aos alunos sobre o valor das coisas partindo de coisas simples. O método utilizado

era Lições da Coisas, o qual foi difundido na Europa na segunda metade do século XIX, chegando ao Brasil no final desse século. Além desse método utilizavam-se de “estórias” e fabulas com cunho moralista para ensinarem seus alunos sobre as boas práticas de cidadão.

A professora de Cazuza era Dona Nenén, por quem ele tinha muito carinho. Seu perfil pedagógico se baseia na cooperação mútua e flexibilidade; ela também tinha um jeito doce, mesmo quando chamava atenção dos alunos: “Não se distraia, menino, cuide de sua liçãozinha” (CORRÊA, p. 78, 2002); diferente do professor da escola do povoado que dizia: “Não quero gritaria aqui! Vá-se acostumando a apanhar calado (CORRÊA, p. 45, 2022). A relação entre professor-aluno nessa escola era tranquila, sem brigas, sem gritos e sem palmatória.

Nota-se aqui um ar de modernização escolar sendo inserido no Estado do Maranhão. A escola com estruturas mais ajeitadas, professores instruídos pedagogicamente e lições com recursos didáticos evidenciavam uma caracterização de civilização moderna. Para Sousa (1998), a civilização é uma suavização das maneiras, da polidez, da civilidade e da difusão de novos costumes. Sob a ótica da Análise de Conteúdo, os registros de Viriato Corrêa exemplifica que a modernização no período republicano era o desafio para o progresso futuro, e em particular aos traços escolares.

Sendo assim, conclui-se que, havia dissemelhanças entre as duas últimas escolas. Enquanto a escola do povoado valorizava a repetição, memorização e a passividade do aluno nos assuntos escolares, a escola da vila não permitia castigos físicos e nem opressões. A nova escola preferia a imaginação, propondo aos alunos que refletissem sobre seus atos e ações ao tomarem consciência moral por meio de lições simples e moralistas.

A escola da cidade

Ao se mudar da vila de Coroatá, Cazuza passou a residir na capital do Estado, ou seja, na cidade de São Luís, onde concluiu o ensino primário em um colégio de ensino particular. A forma estrutural desse colégio é descrita como um colégio que funcionava em um velho sobrado de azulejos, com escadaria afidalgada, com muitas janelas, muitas salas e muitos quartos; a escola ficava em frente ao mar. O Colégio possuía o nome de Timbira, que disponha de ensino primário e de ensino secundário, que funcionava na parte inferior do prédio; em cima, a secretaria, a sala de estudos, o refeitório e o dormitório (CORRÊA, p. 141, 2002).

A organização escolar do Colégio coexistia na existência vários professores, distribuídos por salas seriadas, vigilantes, inspetores e diretor geral. Nessa escola havia todo tipo de docentes: “Havia-os de todos os feitos, os ásperos, os pacientes, os bons, os desleixados,

os que gostavam de dar cascudos e os que não sabiam ensinar senão com berros” (CORRÊA, 1985, p. 142).

Fazendo uma interrelação entre os objetivos de ensino primário das escolas públicas e privadas no Estado no período republicano, o regulamento escolar publicado em 13 de abril de 1893, no capítulo VI, no inciso 13, mencionava sobre os deveres dos professores, onde ratificava que os docentes deveriam dirigir os seus alunos pela razão e pelo coração mais do que ameaças e castigos (MARANHÃO, p. 36, 1893). Com isso, vemos a admiração de Cazuza em relação ao professor João Câncio, pois o mesmo lecionava com paixão, entusiasmo, e com seu jeito singular de ser.

Igualmente ao perfil docente das professoras da escola da vila o professor João Câncio utilizava-se de “estórias” para propor aprendizagem moral e formativa; o professor utilizava de fatos rotineiros tanto em sala de aula quanto fora dela para ensinar seus alunos.

Com vistas às práticas pedagógicas civis e moralistas em sala de aulas, o perfil pedagógico do professor nessa escola era de sensibilizar os estudantes sobre o orgulho em relação à pátria, da relevância da natureza e em outros assuntos brasileiros ao estimulá-los a escreverem redações sobre o que é o Brasil? O que é a moral? O que é a cultural? Quem foram os grandes personagens brasileiros na luta pela independência e liberdade no país? João Câncio, não costumava dar as notas imediatamente, tinha horror aos serviços apressados. O que saía de suas mãos, saía perfeito (CORRÊA, 2002).

As práticas pedagógicas desse professor inseria a realidade republicana nos assuntos escolares, indissociando a ciência dos conteúdos. A prática docente de João Câncio, era demarcada por humanidade, sabedoria e patriotismo, o que ocasionava a curiosidade nos seus alunos.

Nessa escola, o pequeno Cazuza aprendeu lições humanísticas com a prática docente do professor João Câncio:

O professor bateu a campainha, pedindo silencio e recomendou:

- Não quero palavras bonitas; preocupa-se, porém, com bonitos pensamentos. Quanto menos palavras e quanto mais pensamentos – melhor. A palavra não é laço de fita cuja serventia é enfeitar. A única utilidade que ela tem é exprimir o pensamento. Não existe palavra feia nem bonita. Todas elas são belas, quando vestem belas idéias e todas são feias quando são vazias e nada exprimem (CORRÊA, p. 153, 2002).

Segundo Freire (2002), ninguém consegue educar ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo e pela visão da sua realidade contemporânea. Assim, o professor João Câncio educava por meio da mediação de aspectos simbólicos da realidade local dos alunos tendo interação dialética entre eles.



No Estado do Maranhão no ensino primário republicano, por parte da direção escolar, era comum a realização de provas anuais que constavam em exames, definidos sobre as matérias estudadas durante o ano letivo pelos professores. Os exames possibilitavam aos estudantes primários, quando aprovados, ingressarem no ensino secundário. Os exames davam-se entre 15 a 24 de dezembro de cada ano aplicados por uma banca examinadora externa com análise secreta, para posterior divulgação. As notas das provas especificavam o desempenho dos estudantes em: muito bom ou ótimo; bom; sofrível e mau desempenho (MARANHÃO, 1893).

No Colégio Timbira não era diferente, pois além dos exames e posterior premiação aos estudantes, havia uma prova escolar com direito ao recebimento de uma medalha de ouro para o aluno mais adiantado e dotado de inteligência do curso primário.

Essa realidade de recompensas se resumia na centralidade exclusiva na obtenção de resultados transmitido pelo sistema escolar. Por isso, os alunos mantinham-se focados na assimilação de conteúdo a serem decorados, como foi o caso do aluno Floriano, que ao saber que fora habilitado a concorrer a premiação exclusiva da medalha de ouro, não foi mais ao recreio e não brincou mais, pois estudar fortemente era a sua obrigação. Estava magro e olhos fundos por se dedicar à alcançar a medalha de ouro (CORRÊA, p. 178, 2002).

Dentre essas e outras realidades educacionais republicanas no estado do Maranhão registradas nas crônicas de Viriato Corrêa, afirma-se que na escola da cidade o objetivo educacional era ensinar valores morais e sociais republicanos aos alunos, instruindo-os à moralidade cívica. A escola, por outro lado, utilizava-se de métodos avaliativos que propagavam a competição que deixa a desejar no ensino de conteúdos libertadores ao conhecimento educativo e formativo dos estudantes.

Sendo assim, afirma-se que as histórias presentes na literatura *Cazuza* estão interrelacionadas à historiarização da educação no Estado do Maranhão, com seus usos e costumes da realidade republicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada à luz da Análise de Conteúdo, e por meio de documentos oficiais de época republicana, este trabalho apresentou resultados de uma pesquisa científica documental que objetivou identificar e discutir detalhes minuciosos do cotidiano da instrução primária no Estado do Maranhão e respectivas concepções sobre o ato de “como ensinar” e de “como aprender” nas primeiras décadas republicanas maranhense.



As discussões foram relevantes à história da Educação do Maranhão, sob os registros memoriais de *Cazuza*, escrita pelo escritor maranhense Viriato Corrêa na pretensão de distinguir a pedagogia presente entre a escola do povoado, escola da vila e a escola da cidade, analisando e discutindo a instrução na aurora do período republicano maranhense.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. 41 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 5 ed. Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **Do contexto histórico às ideias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. ed. 32º Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002, p. 31.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Pública do Maranhão**. Para execução da Lei 56 de 15 de maio de 1893. S, Luiz; Typ. Dos Frias, 1893.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 2. Ed. ver. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de civilização: a importância da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-190)** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.